

Negociações começam confusas

SÃO PAULO — As negociações da dívida externa começaram em meio a muita confusão, com os representantes dos credores apresentando diferentes versões sobre a apresentação da proposta brasileira. Ontem, um executivo de um grande banco credor europeu afirmou que o governo havia levantado a hipótese de escalonar o pagamento dos juros atrasados (hoje da ordem de US\$ 8 bilhões), para 20% neste ano, 20% em 1991 e os restantes 60% sendo incorporados ao principal. Outro executivo, de um banco americano, afirmou que os negociadores brasileiros de fato propuseram embutir 100% dos juros atrasados no principal da dívida.

Representantes de bancos com assento no Comitê de bancos credores revelaram que essas interpretações polêmicas sobre a proposta do governo brasileiro poderiam ser melhor esclarecidas durante a segunda rodada de negociações que estava sendo realizada ontem em Nova York, quando haveria uma sessão de perguntas e respostas entre as partes.

Outro assunto que originou versões distintas de interpretação foi a separação

da dívida externa do setor privado e o público. Segundo alguns executivos estrangeiros, o governo acenou com a possibilidade de o setor privado pagar sua dívida junto aos credores da forma que negociarem com os credores. Porém, um participante da reunião de Nova Iorque transmitiu aos seus colegas no Brasil que os representantes do governo informaram que permitirão a negociação livre, mas dentro de patamares estipulados por Brasília, como prazos e taxas de juros.

De acordo com o executivo de um grande banco credor europeu, o clima de confusão é natural pela novidade da proposta brasileira. Afinal, a proposta brasileira não possui nenhum dos preceitos do Plano Brady, modelo de renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento formulado pelo governo americano, e nem tenta repetir a fórmula traçada para os acordos mexicano e venezuelano. Esta confusão, porém, chegou a revelar sentimentos negativos em alguns casos. "Esta proposta cria muitas dificuldades para o início das negociação", afirmou, por exemplo, Takinori Suzuki, presidente do Banco de Tókyo.